

O DIREITO EMPRESARIAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



 **FGV DIREITO RIO**

SOBRE A PESQUISA

A pesquisa [DIREITO EMPRESARIAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA](#) analisa as decisões mais relevantes do STJ sobre o Direito Societário (“Pesquisa”).

Esse é o segundo de uma série de cinco *fact sheets* sobre os resultados preliminares da pesquisa e aborda a decisão do STJ mais citada em matéria de Direito Societário entre 2008 e 2019: o Recurso Especial nº 975.834/RS. O STJ citou esse caso 39.967 vezes no período analisado.

HISTÓRICO DO CASO

Como parte de uma política de autofinanciamento, as companhias telefônicas concederam o direito de receber ações representativas de seu capital social aos compradores de linhas telefônicas. No caso analisado:



o direito de receber as ações foi formalizado por meio de um contrato de participação financeira celebrado entre a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT) e os clientes (“Contrato”);



o Contrato estabelecia que a quantidade de ações da CRT a ser subscrita pelos clientes dependeria de dois fatores o valor pago pela linha telefônica; e o valor das ações da CRT apurado no balanço patrimonial da companhia referente ao encerramento do exercício social no qual foi feito o pagamento pela compra da linha telefônica.

Os clientes receberam ações emitidas pela CRT, mas consideraram que o valor pago pelas linhas telefônicas lhes daria direito a subscrever uma quantidade maior de ações e ingressaram na Justiça contra a CRT.

Segundo os clientes, a CRT teria errado na quantificação das ações que eles receberiam porque o valor das ações fora apurado com base no balanço patrimonial da companhia referente ao exercício social posterior à data do pagamento pela compra da linha telefônica.

A primeira instância negou o pedido dos clientes, os quais apelaram da decisão e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS) reverteu a decisão para modificar o critério de apuração do valor das ações da CRT que seriam subscritas pelos clientes.

A companhia telefônica¹ recorreu ao STJ para reformar a decisão do TJ-RS porque, segundo a BRT,

- a decisão do TJ/RS não tinha fundamento legal;
- um dos clientes carecia de legitimidade para exigir ações da companhia;
- o direito de ação dos clientes estava prescrito; e
- a quantidade de ações subscritas pelos clientes estava correta².

QUESTÕES JURÍDICAS EM DISCUSSÃO

As principais questões jurídicas em discussão no Recurso Especial nº 975.834/RS são:

a definição do regime jurídico hábil para disciplinar o relacionamento dos clientes e a companhia telefônica (civil, societário ou consumerista?); e

o momento correto para definição do valor patrimonial da ação (anterior, no mês ou posterior ao pagamento pela compra da linha telefônica?).

¹ O Recurso Especial foi impetrado pela Brasil Telecom S.A. (BRT), que incorporara a CRT em julho de 2000.

² Adicionalmente, a BRT requereu a aplicação de multa referente ao caráter protelatório dos embargos de declaração opostos pelos autores contra a decisão do TJ-RS, este requerimento foi afastado com base no verbete 98 da Súmula do STJ. A BRT requereu principalmente a anulação do julgamento realizado pelo TJ/RS por violação dos artigos 165, 458, inciso II e 535, inciso II, do Código de Processo Civil/1973 (CPC/73) e, alternativamente, a reforma da decisão com fundamento nos artigos (a) 3º, 267, inciso VI, e 538, parágrafo único, do CPC/73; (b) 170, parágrafo 1º, inciso II, 287, inciso II, alínea g), da Lei nº 6.404/76 (LSA); e (c) 3º e 4º da Lei 7.799/89.

DEFINIÇÃO DO REGIME JURÍDICO

A BRT defendeu que o direito de subscrever ações era de caráter societário e, portanto, o STJ deveria reconhecer a prescrição da ação movida pelos clientes, conforme a alínea “g)” do inciso II do artigo 287 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

O STJ considerou que o direito de subscrever ações nos termos do contrato de participação financeira é de caráter cível porque os clientes somente adquiririam a qualidade de acionistas da BRT depois do exercício desse direito. Nesse sentido, o STJ aplicou a regra de prescrição prevista no Código Civil de 1916, então vigente³.

MOMENTO DE DEFINIÇÃO DO VALOR DA AÇÃO

Conforme a sentença proferida na primeira instância, os clientes defendiam que o valor das ações deveria ser apurado com base no balanço patrimonial da companhia referente ao exercício social anterior à data do pagamento pela compra da linha telefônica.

A BRT defendeu que o valor das ações deveria ser apurado com base no balanço patrimonial da companhia aprovado depois da data do pagamento pela compra da linha telefônica⁴.

Buscando o equilíbrio da relação contratual, a 2ª Seção do STJ decidiu unanimemente⁵ que o valor das ações deveria ser apurado com base no balancete patrimonial⁶ da companhia referente ao mês da data do pagamento pela compra da linha telefônica⁷.

PRÓXIMOS PASSOS

Os próximos três *fact sheets* da Pesquisa abordarão os outros três temas de Direito Societário mais discutidos no STJ: dissolução de sociedades, desconsideração da personalidade jurídica e apuração de haveres.

³ O artigo 177 do Código Civil de 1916 determinava que as ações pessoais prescrevessem em 20 anos.

⁴ Com base no (a) artigo 170, parágrafo 2º, da Lei das S.A., que atribui o direito de fixar o valor de emissão das ações da companhia à assembleia-geral ou ao conselho de administração; e (b) nas Portarias nos 1.361/76, 881/90 e 86/91 do Ministério da Infraestrutura, que previam que o valor patrimonial da ação consideraria o primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização das ações emitidas pelas companhias telefônicas na implantação de suas políticas de autofinanciamento.

⁵ Diante da relevância do tema, o Recurso Especial nº 975.834/RS foi julgado pela 2ª Seção do STJ, com base no artigo 14, inciso II, do Regimento Interno do STJ.

⁶ Balancete patrimonial é o levantamento contábil da sociedade realizado em períodos inferiores ao exercício social. Ao contrário do balanço patrimonial, o balancete patrimonial carece de zeragem das contas de resultados e de aprovação pela assembleia-geral ordinária de acionistas da companhia.

⁷ Em 2009, foi aprovado o verbete nº 371 da Súmula do STJ dispondo que “nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização”.